

LEI MUNICIPAL N.º 3.818/2024

*Altera e dá nova Redação ao § 4º do Artigo 3º, aos Artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 3.720/2023 que Transformou a Extinta Gratificação Financeira PMAQ, em Prêmio Previne Brasil - Pagamento por Desempenho, para os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, no Âmbito do Programa Federal “Previne Brasil”, e dá outras providências.*

**MICHAEL KUHN**, Prefeito Municipal de Selbach-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Municipal nº 012/2024, e o mesmo sanciona e promulga a presente Lei.

**Art. 1º** - Altera e dá nova redação ao § 4º do Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.720/2023, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

*“Art. 3º. ....*

*§ 1º ....*

*§ 2º ....*

*§ 3º ....*

*§4º - O incentivo do Programa Previne Brasil, será pago proporcionalmente, conforme respectiva carga horária de cada categoria, conforme regulamenta a Política Nacional de Atenção Básica, levando em consideração o período de exercício da função de cada servidor.”*

**Art. 2º** - Altera e dá nova redação ao Artigo 6º da Lei Municipal nº 3.720/2023, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

*“Art. 6º. Posteriormente ao recebimento do incentivo repassado pelo Ministério da Saúde e da publicação do desempenho no último quadrimestre do ano, o Município efetuará o repasse dos valores fixados nesta Lei, aos Servidores, junto com a folha de pagamento do mês de Março de cada ano.*

*§ 1º. À exceção do gozo de férias, e da licença gestante, os afastamentos superiores a 30 (trinta) dias das atividades próprias de cada cargo ou função ocasionarão o repasse financeiro proporcional ao tempo de serviço prestado.*

*§ 2º. Os servidores que não mais estiverem em atividade junto às equipes da Secretaria de Saúde no momento do efetivo pagamento da vantagem não farão jus à gratificação a que se refere esta Lei.”*

**Art. 3º** - Altera e dá nova redação ao Artigo 7º da Lei Municipal nº 3.720/2023, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

*“Art. 7º. Ficará excluído do critério de repasse o profissional que não tiver produção registrada no sistema GOV em período maior que 30 dias, com exceção do período de férias e licença gestante.*

***Parágrafo Único.** Entende-se como produção o adequado preenchimento do atendimento clínico no sistema GOV, principalmente no tocante aos dados considerados nos indicadores de desempenho.”*

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 21 de março de 2024.

Michael Kuhn  
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e  
Cumpra-se, em 21.03.2024

Fabricio Schneider  
Secretário de Administração,  
Fazenda e Planejamento

Elaboração da minuta e visto:

Renan Pedro Knob  
OAB-RS 84.781  
Assessor Jurídico